



Concepções sobre gênero de graduandos(as) em Pedagogia a partir da Associação Livre de Palavras

Conceptions on gender of undergraduate students in Pedagogy from the Free Association of Words

 **Matheus Estevão Ferreira da Silva**

Doutorando em Educação

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Filosofias (FFC), Campus de Marília, e Faculdade de Ciências e Letras (FCL), Campus de Assis.

Marília, São Paulo – Brasil.

matheus.estevao2@hotmail.com

 **Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo**

Pós-Doutorado em Educação

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Filosofias (FFC), Campus de Marília.

Marília, São Paulo – Brasil.

tamb@terra.com.br

 **Alessandra de Moraes**

Doutora em Educação

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Filosofias (FFC), Campus de Marília.

Marília, São Paulo – Brasil.

alemorais.shimizu@gmail.com

Resumo: Objetiva-se analisar as concepções de graduandos(as) em Pedagogia, de uma universidade pública paulista, sobre gênero. Recorreu-se a dados coletados por um questionário aberto, utilizando-se da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP). Os(as) participantes consistiram em 165 graduandos(as) matriculados(as) nos anos inicial e final do curso. Gerou-se um teste de associação de palavras em que as palavras em associação a gênero tiveram sua frequência de evocação calculada e, em seguida, foram agrupadas segundo sua paridade de significação. Erigiram-se seis concepções sobre o tema: gênero em concepção 1) polissêmica; 2) biologizante; 3) crítico-social; 4) identitária; 5) religioso-radical; e 6) associada à sexualidade; sendo as mais predominantes, com mais palavras evocadas e maior frequência, as concepções identitária e crítico-social. Os resultados revelaram que o tema, sendo concebido de diferentes formas, varia desde perspectivas menos emancipatórias até outras mais potenciais para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico que aborde gênero na escola.

Palavras chave: educação; gênero; formação de professores; pedagogia; associação livre de palavras.

Abstract: The objective is to analyze the conceptions of undergraduate students in Pedagogy, from a public university in São Paulo, about gender. Data collected through an open questionnaire was used, using the Free Word Association Technique (TALP). The participants consisted of 165 undergraduates enrolled in the initial and final years of the course. A word association test was generated in which the words associated with gender had their evocation frequency calculated and were grouped according to their meaning parity. Six conceptions were created: gender in 1) polysemic conception; 2) biologizing; 3) critical-social; 4) identity; 5) religious-radical; and 6) associated with sexuality; being the most predominant, with more words evoked and more frequently, the identity and critical-social conceptions. The results revealed that the theme, being conceived in different ways, varies from less emancipatory perspectives to others more potential for the development of a pedagogical work that addresses gender at school.

Keywords: education; genre; teacher training; pedagogy; free association of words.

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

SILVA, Matheus Estevão Ferreira da; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; MORAIS, Alessandra de. Concepções sobre gênero de graduandos(as) em pedagogia a partir da associação livre de palavras. *Dialogia*, São Paulo, n. 41, p. 1-24, e22463, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/41.2022.22463>.

American Psychological Association (APA)

Silva, M. E. F., Brabo, Tânia, S. A. M., & Moraes, A. (2022, maio/ago.). Concepções sobre gênero de graduandos(as) em pedagogia a partir da associação livre de palavras. *Dialogia*, São Paulo, 41, p. 1-24, e22463. <https://doi.org/10.5585/41.2022.22463>.

Introdução

Este artigo, resultante de uma pesquisa recente e concluída de Iniciação Científica que contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)¹, aborda parte dos resultados encontrados com a investigação empírica que nela foi desenvolvida, realizada no contexto da formação inicial universitária pública paulista em Pedagogia. A pesquisa, em síntese, objetivou investigar a formação de graduandos(as) em Pedagogia sobre as temáticas de gênero e sexualidades e suas atitudes diante da diversidade sexual e de gênero na escola, ao mesmo tempo que as relacionando com sua formação ética do ponto de vista do desenvolvimento moral, nas abordagens kohlberguiana e neo-kohlberguiana (KOHLEBERG, 1992; REST et al., 1999).

Dessa forma, essa pesquisa apresentou ineditismo, considerando que não encontramos outro estudo ou pesquisa nas literaturas nacional e internacional que demonstrasse delineamento teórico e metodológico semelhante ao seu todo, e caráter interdisciplinar, vinculando-se aos campos de estudos e conhecimentos: 1) Educação em direitos humanos, 2) Estudos de Gênero e 3) Psicologia do Desenvolvimento Moral.

Seu desenvolvimento foi culminado em meio ao debate iniciado em 2014, a nível nacional no âmbito da elaboração de políticas públicas, sobre a contemplação ou não dos termos *gênero* e *orientação sexual* na redação dos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação, debate estendido aos anos seguintes. Na literatura, as pesquisas já indicavam obstáculos colocados para a efetivação da educação em direitos humanos junto a temas relativos à diversidade humana no sistema educacional brasileiro, porém, naquele momento da história recente, a conjuntura política, então ali vivenciada, apontou claramente para um desses, senão o principal, obstáculos: a perseguição, fruto de um conflito de idiosincrasias, à presença desses temas nas instituições de ensino, como discutimos em trabalho anterior (SILVA; BRABO; MORAIS, 2017).

Assim, na pesquisa realizada, as temáticas de *gênero* e *sexualidades*² foram abordadas como um problema da educação em direitos humanos (EDH), política pública em vigência no país desde 2006 (BRASIL, 2007; 2012; 2013), ainda que esse também possa se mostrar como um problema para a efetivação de qualquer política pública que contemple ou defira ambas temáticas como conteúdo curricular. Como preveem as *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*

¹ A pesquisa teve como título *Educação em direitos humanos, gênero e sexualidades, e desenvolvimento moral na formação docente: conhecimentos, concepções e condutas de graduandos(as) em Pedagogia de uma universidade pública do estado de São Paulo*, financiada pela FAPESP pelo processo de n.º 2017/01381-9 e com vigência de 01/05/2017 a 31/12/2018 na linha de fomento de Programas Regulares de Bolsas no País em Fluxo Contínuo.

² Apesar de na pesquisa, junto à amostra participante, ter-se utilizado do termo sexualidade, no singular, utilizamos a terminologia *sexualidades*, no plural, enquanto um ato político, com o objetivo de realçar a pluralidade nas possibilidades de vivência da sexualidade humana, tal como também é feito por parte dos(as) pesquisadores(as) vinculados(as) ao seu estudo.

(DNEDH) (BRASIL, 2012), a EDH volta-se para a transformação social a partir da formação de sujeitos de direitos, com seu desenvolvimento previsto a todos os níveis de ensino, da Educação Básica a Superior, formal e não-formal.

O *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos* (PNEDH), publicado em 2006 e atualizado em 2013, documento pioneiro na implementação legal dessa educação no país, indica, como um dos objetivos da EDH, a superação de desigualdades sociais, caracterizadas pela “[...] intolerância étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras” (BRASIL, 2013, p. 21). Assim, seu currículo é orientado de forma a contemplar outras temáticas além da homônima *direitos humanos*, tais como gênero e sexualidades. Essas outras temáticas, corroborativas com o projeto de transformação social da EDH, devem ser desenvolvidas juntas aos e na perspectiva dos direitos humanos.

Quando se abordam gênero e sexualidades na perspectiva da educação em direitos humanos, abordam-se conseqüentemente os direitos de mulheres e LGBTs³, sujeitos que protagonizam esses dois temas, e diversas outras questões relacionadas. Uma das hipóteses que tivemos, confirmada com a investigação empírica, foi a de que quando a EDH é acompanhada pelos temas de gênero e sexualidade, ela tem ainda menos chances de ser efetivada, tendo em vista que sua abordagem na escola, principalmente no caso da Educação Básica, depende dos conhecimentos e das disposições de docentes, entre os(as) profissionais responsáveis por essa abordagem, para com os temas e seus referidos protagonistas.

Em específico à formação em Pedagogia, algumas pesquisas (DINIS; CAVALCANTE, 2008; COSTA; RIBEIRO, 2011; CASTRO, 2016) têm demonstrado a incapacidade de professores(as) de crianças, nos níveis da Educação Infantil ao Ensino Fundamental I, em lidar adequadamente com a diversidade sexual e de gênero na escola. Sobre isso, Castro (2016, p. 208) traz o seguinte relato de uma de suas entrevistadas estudantes de Pedagogia:

Estava em uma escola de educação infantil e indo para a sala dos professores me deparei com a seguinte cena: um grupo de professoras fazendo comentários depreciativos em relação a um aluno que elas diziam ser ‘viadinho’. As ‘docentes’ [...] falavam, entre gargalhadas, que o menino ficava igual a uma bichinha na fila de entrada e que quando crescesse não escaparia de ser gay. Fiquei até com vergonha de ouvir as palavras delas em relação ao aluno.

³ Utiliza-se neste artigo a sigla LGBT para se referir à população da diversidade sexual e de gênero LGBTQIA+, que inclui lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, *queers*, intersexuais, assexuais e etc.

Se a professora apresenta tal disposição para com a expressão de gênero de seu aluno, ressalta-se o quão pouco provável será ela conseguir trabalhar a educação em direitos humanos de modo efetivo, sendo ainda menos provável ela abordar gênero e sexualidades satisfatoriamente nesse trabalho. Uma das graduandas em Pedagogia que participaram da pesquisa que o presente artigo é resultante relatou um caso semelhante – relato obtido a partir da aplicação de grupos focais –, também testemunhado no âmbito do estágio universitário:

No meu estágio tem um aluno que tem duas mães, na verdade uma das mães é a tia, ele foi adotado por elas, e me chateei bastante com alguns comentários na sala dos professores, fiquei constrangida e tive até que sair da sala, riam e comentavam assim: ‘Ah, eu não sei o que eu falo, não sei se é mãe e mãe, se chamo as duas de mãe, se uma é mãe e a outra é pai’, inclusive teve até professor falando em abominação, que segundo a Bíblia isso é uma abominação. Eu pensei ‘nossa!’, a tia pegou pra criar e está vivendo melhor se tivesse com os pais biológicos, e pensar que essas pessoas são formadoras de opinião [...] (Graduanda X, retirado e adaptado de transcrição de grupo focal).

Com base nesse fragmento do relato, vê-se que a inadequabilidade da atitude dos(as) docentes perante a diversidade na escola é a mesma. A importância do trabalho do(a) pedagogo(a) tem seu reconhecimento quando se compreende que a escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, níveis de ensino encarregados a esse(a) profissional, é o primeiro “[...] agente de socialização coletivo para com a diversidade fora do seio familiar, em que a educação em direitos humanos tem início. Se desde lá essa educação é prejudicada ou desvirtuada, os preceitos previstos por essa educação, definitivamente, não se consolidarão” (SILVA; BRABO; MORAIS, 2017, p. 1279).

Assim, nossa pesquisa, em sua fase empírica, utilizou de grupos focais, de um questionário aberto e do *Defining Issues Test 2* (DIT-2) como instrumentos para coleta de dados sobre a formação em Pedagogia. O primeiro deles, o grupo focal, tratou-se de uma técnica qualitativa que foi utilizada para subsidiar a elaboração do instrumento seguinte, o questionário, o qual foi composto por perguntas abertas e por dilemas morais na proposta kohlberguiana e aplicado junto ao último instrumento, o DIT-2, um teste psicológico fechado e validado no Brasil que mensura o desenvolvimento do juízo moral.

Explanada, até aqui, a proposta da pesquisa e no que consistiu seu trabalho de campo, podemos apresentar agora os resultados encontrados. Contudo, pelos limites de um artigo e numerosidade de dados coletados por meio dos, também numerosos, instrumentos utilizados na pesquisa, foi necessária aplicar alguma delimitação. Dessa forma, este artigo apresenta apenas resultados parciais obtidos com a aplicação do segundo instrumento, o questionário, que se ateve,

especificamente, ao cumprimento da primeira parte do objetivo da pesquisa: investigar a formação em gênero e sexualidades dos(as) graduandos(as) em Pedagogia.

Sendo que o questionário foi composto por perguntas abertas, para extração das concepções dos(as) respondentes sobre os temas em questão, e por dilemas morais, para extração de suas possíveis atitudes diante da diversidade sexual e de gênero, outra delimitação dada foi a abordagem dos resultados obtidos em somente uma das perguntas abertas do questionário, a qual interrogava o(a) respondente sobre o conceito de gênero e cuja análise das respostas pôde gerar um teste de associação de palavras. Portanto, delimitada a abrangência deste artigo na exposição dos resultados alcançados, este texto tem como objetivo analisar as concepções de graduandos(as) em Pedagogia, de uma universidade pública paulista, sobre gênero, utilizando-se da *Técnica de Associação Livre de Palavras* (TALP).

Em revisão de literatura em duas bases de dados, o Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), realizada durante a fase de fundamentação teórica, encontramos alguns artigos que se mostraram pertinentes e com propostas similares à presente produção, merecendo serem aqui citados. Em ambas bases de dados, utilizou-se os descritores *gênero* e *Pedagogia* e delimitou-se a busca para a língua portuguesa. Na intersecção dos descritores, no Portal de Periódicos da CAPES encontramos 18 artigos que compartilham desses descritores no título, sendo que apenas 02 deles (DINIS; CAVALCANTE, 2008; COSTA; RIBEIRO, 2011) também compartilham da proposta de investigar a formação de graduandos(as) ou graduados(as) em Pedagogia sobre o conceito de gênero. Com os mesmos descritores, no SciELO encontramos um total de 05 trabalhos, sendo também 02 específicos à proposta em comum, os mesmos encontrados na busca anterior.

No artigo de Dinis e Cavalcante (2008), discutem-se as concepções de graduandos(as) em Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) sobre os temas gênero e homossexualidade. No artigo de Costa e Ribeiro (2011), as autoras pesquisaram as concepções sobre relações de gênero e sexualidade de um grupo de alunas do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Araraquara, porém que já atuavam na educação escolar como professoras. Ambos os artigos (DINIS; CAVALCANTE, 2008; COSTA; RIBEIRO, 2011), resultantes de pesquisas também recentes e com o mesmo objeto (formação em Pedagogia) e proposta (o que pensam sobre gênero e sexualidade) de investigação, decerto ampararam a presente produção.

O texto do artigo encontra-se organizado da seguinte forma: primeiro apresentamos a metodologia de nossa investigação empírica, especificamente quanto à aplicação do questionário,

à amostra participante que o respondeu e à forma de análise empregue nos dados coletados pela pergunta selecionada. A análise dos dados, que gerou um teste de associação de palavras, donde erigiram as concepções sobre gênero, é apresentada em seguida. Por último, encerramos o artigo com a discussão dos achados e nossas considerações finais.

Metodologia

Citados anteriormente os instrumentos utilizados na pesquisa, discorreremos agora sobre aquele cujos dados coletados foram eleitos para protagonizar a discussão deste artigo: o questionário aberto. O processo de elaboração deste questionário consistiu em quatro procedimentos: com base em 1) resultados do momento preliminar do trabalho de campo, de aplicação de duas sessões de grupo focal; na 2) literatura consultada de gênero e sexualidades; 3) nos questionamentos de dois juízes de instrumento; e na 4) aplicação de um teste piloto. Não aprofundaremos com a apresentação desses procedimentos, que constituíram um longo e rigoroso processo, pois essa elaboração do questionário já foi detalhada em outra produção (SILVA; BRABO; MORAIS, 2020).

Para este artigo, basta esclarecer que as perguntas abertas foram inseridas no questionário para coletar os dados sobre o processo formativo investigado no plano abstrato (*o que pensam* sobre as temáticas de gênero e sexualidades), ao passo que os dilemas morais foram inseridos para focar o plano da disposição para a ação (*como agiriam* diante da diversidade sexual e de gênero) – embora tanto representação quanto ação, respectivamente, estejam interligadas. Ao final, foi elaborado sendo composto pelo total de 18 perguntas abertas e 03 dilemas morais. Com os procedimentos de avaliação pelos juízes e de teste piloto, constatou-se que o instrumento se mostrou adequado para o cumprimento do desejado. Assim, com sua elaboração concluída, seguiu-se à aplicação.

O questionário foi aplicado com graduandos(as) do curso de Pedagogia de uma universidade pública paulista, curso escolhido pelo critério de conveniência, enquanto os(as) participantes foram selecionados por meio da amostragem de etapas, “[...] utilizada quando a população se compõe de unidades que podem ser distribuídas em diversos estágios” (GIL, 2008, p. 93), elegendo-se as três turmas do primeiro ano (ingressantes) e as três do quarto ano (concluintes). Com essa distribuição, a investigação apresentou o desenho transversal de pesquisa. Recolhido após seu preenchimento, identificou-se o total de 165 questionários válidos, o que totalizou uma amostra de 165 sujeitos (N=165).

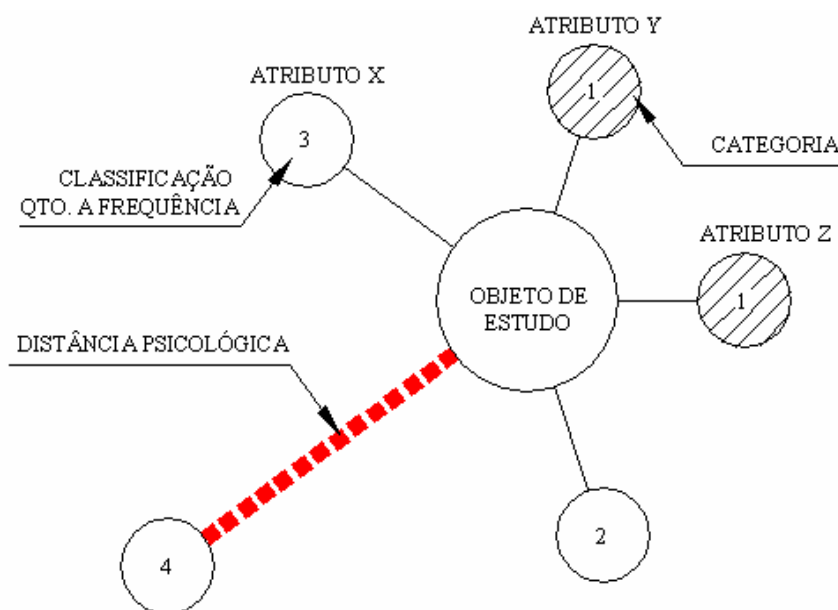
Como mencionado, este texto foi delimitado para expor somente o plano abstrato da formação investigada, isto é, as concepções dos(as) participantes sobre gênero e sexualidade, que

se colheu por meio das perguntas abertas. Apesar de todas as 18 perguntas serem abertas, elas mostraram certa heterogeneidade em seu conteúdo e, por isso, empregaram-se diferentes formas de análise, de acordo com a necessidade evidenciada em cada pergunta. Uma delas, a pergunta 02, solicitava a citação livre de palavras por parte do(a) respondente ao se deparar com a palavra gênero: “O que vem à sua cabeça quando ouve a palavra gênero? Cite quatro palavras”. Na análise das respostas a essa pergunta, empregou-se a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) (COUTINHO; DO BÚ, 2017).

A TALP tem suas origens na Psicologia Clínica, mas a partir da década de 1980 foi apropriada pela Psicologia Social, principalmente em estudos ligados à Teoria das Representações Sociais ou que tenham as *representações mentais* (o que pensam) como objeto de estudo (MATOS; JARDILINO, 2016), como aqui é o caso. Essa técnica, chamada de projetiva, orienta-se pela hipótese de que a estrutura psicológica pode ser exteriorizada a partir de associações espontâneas à uma palavra indutora.

Na análise de dados com a TALP, como recomendam Coutinho e Do Bú (2017, p. 219) em “utilizar uma diversidade de [...] recursos e] softwares que permitam aprofundadas e abrangentes análises”, recorreremos aos *softwares* SPSS, para transcrição e cálculo da frequência das palavras respondidas em uma planilha, e MATLAB© (MATRIX LABORATORY, 2018), que a partir dessa planilha gerou um tipo específico de gráfico, recomendável para a apresentação dos dados coletados a partir dessa técnica, o gráfico de *Constelação de Atributos*. A seguir, disponibilizamos um modelo representativo desse gráfico segundo seus componentes básicos: atributo, distância psicológica e objeto de estudo.

Figura 1 – Modelo representativo de um gráfico da constelação de atributos segundo os componentes atributo, distância psicológica e objeto de estudo



Fonte: Vasconcelos, Villarouco e Soares (2011), com título adaptado.

Com base na Figura 1, observa-se que a aproximação ou afastamento (distância psicológica) dos atributos em relação ao centro demonstra a sua relação com o objeto de estudo, então localizado ao centro, além de que a numeração dos atributos permite, ainda, a comparação de determinado atributo com os demais. Dessa forma, conciliando com a TALP, as palavras evocadas em um teste de associação ocupam o lugar de atributo, enquanto a palavra indutora o lugar de objeto de estudo.

No nosso caso, gênero foi a palavra indutora (ou objeto de estudo). As palavras evocadas (ou atributos) pelos(as) respondentes, em associação à indutora, tiveram sua frequência calculada para verificação de sua distância psicológica ao objeto de estudo. Em seguida, elas foram distribuídas em diferentes agrupamentos, de acordo com a paridade de significação que se estabeleceu entre elas, paridade que foi possível de se distinguir a partir de fundamentação no referencial teórico de base consultado. A partir dos agrupamentos, erigiram-se as concepções sobre gênero, sendo as mais representativas da amostra as concepções que foram constituídas por mais palavras evocadas e em maior frequência.

Antes de apresentá-las, no entanto, cabe ressaltar os critérios a partir dos quais foram propostas as categorias de agrupamentos das palavras. Primeiro, partimos do referencial teórico feminista sobre gênero (BEAUVOIR, 1975; SCOTT, 1995; BUTLER, 2003; CARVALHO, 2011; INFORMAÇÃO SUPRIMIDA...; NOGUEIRA, 2017), que fundamentou toda a pesquisa que o presente artigo decorre. Na análise dos dados com a TALP, verificou-se, contudo, que algumas das

palavras evocadas não fazem parte e nem são comuns à literatura de gênero feminista consultada. Em razão disso, requereu-se fundamentação em outras literaturas que se dedicam ao estudo do gênero, mas que não são consideradas feministas nessa empreitada, literaturas outras em que essas palavras evocadas fazem parte e constituem sua linguagem semântica. Como ressaltam Matos e Jardimino (2016), a fundamentação teórica para análise de uma representação mental pode ser prévia, mas deve estar aberta a outras abordagens caso se evidenciem como mais adequadas ao material representado.

Para tal, teve-se como referência autores(as) (CARVALHO, 2011; TILIO, 2014; FURLANI, 2016) que realizaram esse tipo de classificação das literaturas de gênero, literaturas das quais erigem diferentes concepções de gênero, em abordagens feministas e não-feministas. Dentre elas, Tilio (2014) cita a literatura *biológica-higienista* de gênero, mantida por áreas como Medicina, Psiquiatria e a própria Biologia, assim como as literaturas *antropológica, psicanalítica, marxista, queer*, entre outras. Furlani (2016) adiciona a essas literaturas, literaturas não-científicas, mas que ainda assim se dedicam a teorizar sobre gênero, como as literaturas *religioso-radical* e *moral-tradicionalista*.

Essa fundamentação tratou-se de um trabalho exaustivo, do qual produzimos um artigo em que elegemos algumas obras representativas de cada uma dessas literaturas e as analisamos com base na técnica de Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2016), de modo a ressaltar palavras-chave e as palavras mais recorrentes, tratadas por essa técnica como *indicadores*, constituindo sua linguagem semântica. No entanto, as literaturas sobre gênero eleitas para essa análise e, por conseguinte, fundamentação, foram aquelas evidenciadas a partir do teste de associação de palavras da presente amostra, que se discutem a seguir.

Em suma, o processo de distribuição das palavras evocadas em associação a gênero baseou-se nessa análise predecessora, em fase de publicação em uma outra produção, em que se identificou as palavras mais recorrentes e comuns nas diferentes literaturas sobre gênero, feminista e não-feminista, que se buscou consultar a partir da demanda do presente teste. Assim, as palavras evocadas foram distribuídas em agrupamentos representativos dessas concepções de gênero compartilhadas e teorizadas por essas literaturas.

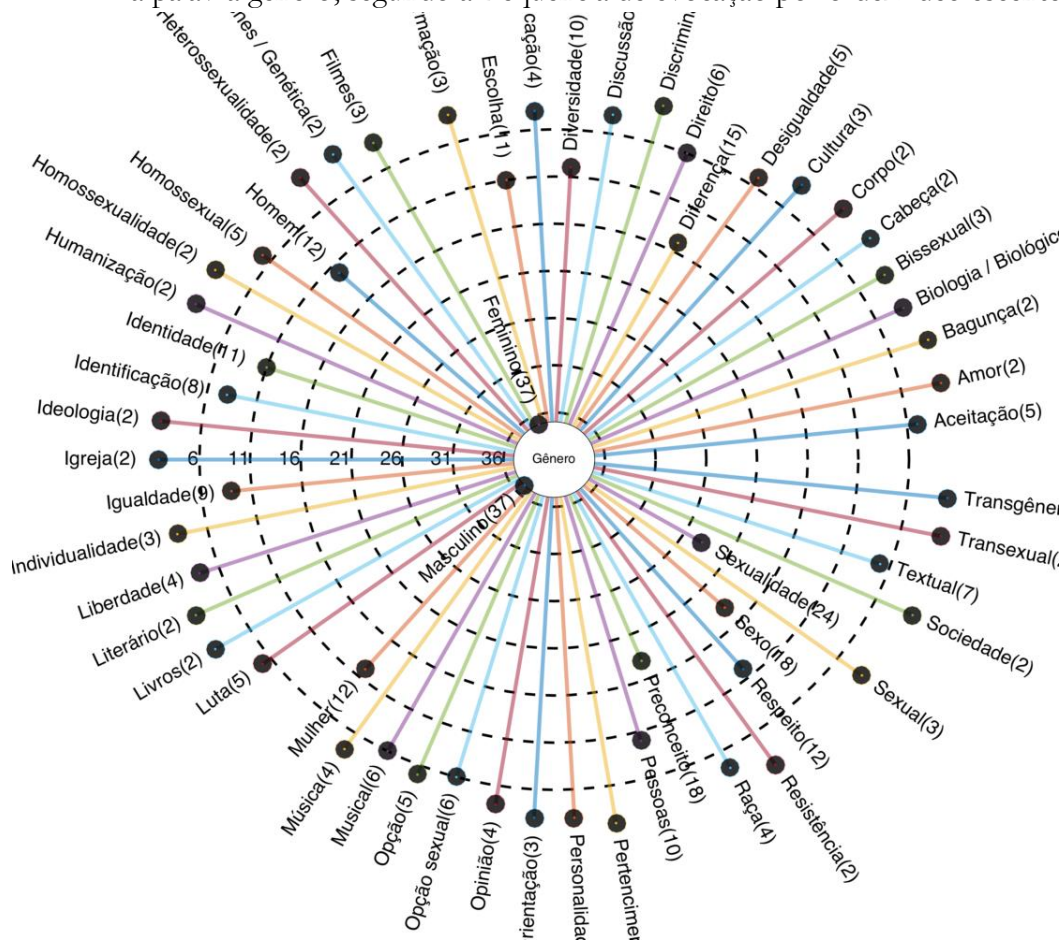
Então descrita parte da metodologia da pesquisa, referente ao recorte deste artigo, expomos a seguir a análise dos dados coletados pela pergunta selecionada do questionário e os resultados encontrados.

Concepções sobre gênero dos(as) graduandos(as) a partir de associações à palavra gênero

O termo gênero dispõe atualmente de diversas possibilidades de emprego, visto que de seu uso podem emergir diferentes conceitos, significados, o que lhe atribui o *status* de uma palavra polissêmica. Essa pluralidade conceitual da palavra, no entanto, considerada a história recente em que determinados setores da sociedade atentaram para a deturpação de um desses seus conceitos (SILVA; BRABO; MORAIS, 2017), tem gerado frequentes confusões por parte das pessoas, a ponto de procurarem evitá-la. De uma palavra com origens classificatórias para uma palavra que remete às construções sociais em torno das diferenças sexuais, essa pluralidade também mostrou-se presente nas concepções sobre gênero dos(as) graduandos(as) participantes da pesquisa, mas ainda assim com certas tendências evidentes.

A Figura 2, disposta a seguir, retrata o gráfico de Constelação de Atributos que representou o teste de associação de palavras gerado a partir das respostas dos(as) participantes à pergunta de número 02 do questionário.

Figura 2 – Gráfico de constelação de atributos representativo do teste de associação de palavras à palavra gênero, segundo a frequência de evocação por ordem decrescente



Fonte: Dados da pesquisa.

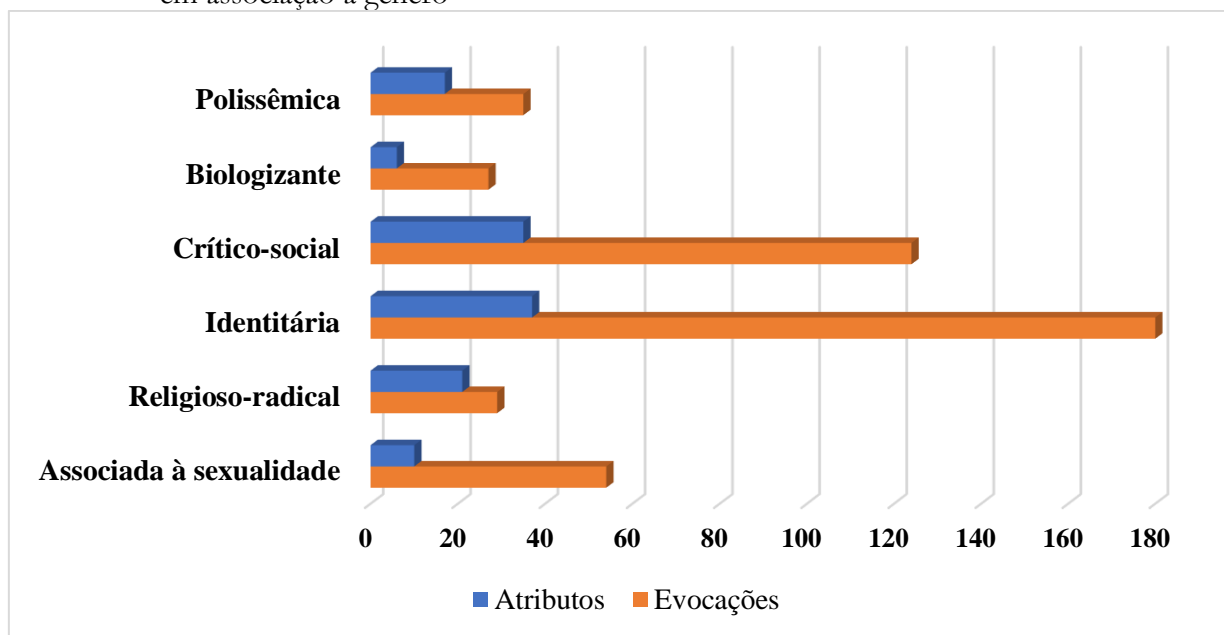


Ao todo, foram 148 palavras diferentes evocadas em associação à palavra indutora gênero. Percebeu-se, contudo, que muitas das palavras evocadas apresentavam variações de grafia, mas que eram as mesmas ou outras palavras similares, tais como Feminino/Feminina, Genes/Genética, Biologia/Biológico, e etc. Assim, como retrata a Figura 2, as palavras com variações foram aglutinadas em um mesmo atributo para sua representação no gráfico, restando 125 diferentes atributos e cuja somatória, de todas as vezes em que esses 125 atributos foram evocados, totalizou 449 associações a gênero.

Com o cálculo da frequência de evocação de cada atributo, viu-se que as palavras com menor distância psicológica ao objeto de estudo, isto é, as palavras mais evocadas em associação à indutora e, por isso, mais próximas ao centro do gráfico, foram: feminino (n=37), concernente a 8,2% do total de associações (N=449); masculino (n=37), também com 8,2%; sexualidade (n=24), com 5,3%; preconceito (n=18), com 4%; sexo (n=18), com 4%; diferença (n=15), com 3,3%; mulher (n=12), com 2,7%; homem (n=12), com 2,7%; respeito (n=12), com 2,7%; escolha (n=11), 2,4%; identidade (n=11), com 2,4%; diversidade (n=10), com 2,2%; e pessoas (n=10), com 2,2%. Ademais, essas palavras mais frequentes já denotam algumas das concepções identificadas, principalmente as concepções identitária e crítico-social de gênero, sendo que essas duas foram, de fato, as mais representativas da amostra.

Para o agrupamento das palavras segundo sua paridade de significação, subsidiamo-nos nas literaturas que teorizam sobre gênero. A princípio, partimos do referencial teórico feminista sobre gênero (CARVALHO, 2011; BRABO, 2015; NOGUEIRA, 2017), porém, esse processo de fundamentação foi continuado conforme a demanda dos conceitos de gênero evidenciados nas concepções dos(as) participantes, de modo que se requereu fundamentação em outras literaturas, cujas perspectivas teóricas não são consideradas feministas no estudo de gênero. O gráfico retratado na Figura 3 apresenta as concepções sobre gênero que foram identificadas com base nesse agrupamento, sendo elas: gênero em concepção 1) polissêmica; 2) biologizante; 3) crítico-social; 4) identitária; 5) religioso-radical; e 6) associada à sexualidade.

Figura 3 – Concepções sobre gênero identificadas a partir do agrupamento das palavras evocadas em associação a gênero



Fonte: Dados da pesquisa.

A primeira concepção identificada, embora não tenha sido constituída pelas citadas palavras mais evocadas, foi intitulada de *Gênero em concepção polissêmica*. Os atributos que a constituíram foram os seguintes: Textual (n=7), Musical (n=6), Música (n=4), Filmes (n=3), Literário (n=2), Livros (n=2), Artigos (a) ou (o) (n=1), Classificação (n=1), Cor (n=1), Dicotomia (n=1), Divisão (n=1), Estilo (n=1), Frutas (n=1), Grupos (n=1), Jeito (n=1), Neutro (n=1) e Tipo (n=1). Ou seja, concepção que foi formada por 17 atributos, 13,6% do total de palavras associadas a gênero (N=125), que foram evocados 35 vezes, concernente a 7,8% do total de evocações (N=449).

Ao mesmo tempo em que evidencia a referida pluralidade conceitual que o termo gênero dispõe, essa concepção se refere ao primeiro significado que historicamente foi atribuído ao gênero e que permanece em quase todos os seus conceitos mais recentes: a classificação. O significado de classificação está presente desde sua etimologia, que segundo Campos-Toscano (2009, p. 22) traz a “[...] reiteração de termos como ‘categoria’, ‘classificação’, ‘divisão’, ‘características’, ‘estilo’, denota que o conceito de gênero não ultrapassa a noção de espécie, ficando, portanto, inscrito como uma categoria de classificação de traços comuns”.

A datar do período da Antiguidade greco-latina, gênero passou a ser utilizado para classificação de obras artísticas, em que se encontram os gêneros musicais, literários, poéticos, teatrais, etc., e da linguagem, como na língua portuguesa, com a flexão binária de gênero nos substantivos por meio do emprego dos artigos “o”, referente ao gênero masculino, e “a”, referente ao gênero feminino (CARVALHO, 2011). Portanto, gênero, nessa concepção polissêmica, é

compreendido tanto como a seleção por caracteres comuns quanto quaisquer grupos resultantes de tal seleção.

A segunda concepção identificada, denominada de *Gênero em concepção biológica*, foi formada pelos seguintes atributos: Sexo (n=18), sendo uma das palavras mais evocadas pela amostra em associação a gênero, Biologia/Biológico (n=3), Corpo (n=2), Genes/Genética (n=2), Forma física (n=1) e Natalidade (n=1), totalizando 06 atributos, 4,8% de todas as palavras (N=125), e evocados 27 vezes, 6% de todas as evocações (N=449). Nessa concepção, gênero refere-se à divisão sexual, isto é, ao sexo biológico das pessoas. O uso da nomenclatura gênero para denominar o sexo originou-se com o uso do gênero para classificação da linguagem, na oposição binária masculino-feminino, representado pela concepção anterior.

Essa sinonímia de ambos os termos foi consolidada com a emergência da categoria *sexo* pelos estudos sobre as diferenças sexuais, que primeiro estiveram exclusivamente sob a abordagem biológica positivista, surgidos à medida que a Ciência moderna se formava (ROHDEN, 2003) – final do século XVIII. Com as pessoas sendo classificadas com base nessas diferenças, como machos e fêmeas (e só mais recentemente com o reconhecimento do intersexo), de acordo com o conjunto de características estruturais e funcionais que seus corpos apresentam (produção de gametas, aparelhos reprodutores e caracteres sexuais secundários decorrentes de hormônios), o gênero, significando masculino e feminino na linguagem, também começou a ser empregue para denominar isso que se passou a compreender cientificamente como masculino e feminino: ser macho ou fêmea⁴.

Assim, nessa concepção biológica, em que gênero é sinônimo de sexo (gênero feminino/fêmea e gênero masculino/macho), admite-se apenas a biologia dos corpos como critério definidor da identidade humana. Conforme Carvalho e Rabay (2015, p. 119), essa concepção de gênero é uma das mais consolidadas e pode ser encontrada até nos dias de hoje, tendo em vista que o gênero “[...] tem se tornado praticamente sinônimo de ‘sexo’ na linguagem comum e até mesmo acadêmica”.

Intitulada *Gênero em concepção crítico-social*, a terceira concepção de gênero foi erigida a partir do agrupamento das seguintes palavras/atributos: Preconceito (n=18), Diferença (n=15), Respeito (n=12), Diversidade (n=10), Igualdade (n=9), Direito (n=6), Desigualdade (n=5), Luta (n=5), Discussão (n=4), Educação (n=4), Liberdade (n=4), Raça (n=4), Cultura (n=3), Discriminação (n=2), Resistência (n=2), Sociedade (n=2), Autonomia (n=1), Consideração (n=1), Dificuldade

⁴ Não haviam dois sexos antes da emergência dessa categoria pela Ciência moderna, como ressalta Laqueur (2001), a compreensão sobre a mulher era de um homem invertido, e a ela era relegada a posição de um quase escravo, de um sujeito imperfeito, tal como um *segundo sexo* (BEAUVOIR, 2016), como a partir dali passou a ser compreendida.

(n=1), Equidade (n=1), Escola (n=1), Espaço (n=1), Estudante (n=1), Exclusão (n=1), Livre arbítrio (n=1), Manifestações (n=1), Mudança (n=1), Normal (n=1), Padrão (n=1), Representação (n=1), Segregação (n=1), Social (n=1), Sofrimento (n=1), Tabu (n=1) e Transformação (n=1). Assim, foi formada por 35 atributos, 28% do total (N=125), evocados 124 vezes, 27,6% do total de evocações (N=449).

Essa concepção de gênero, que as palavras evocadas denotam, surgiu como crítica e em contraposição à concepção biologizante anterior, bem como a qualquer outra concepção que defenda *determinismos* sobre a identidade humana, isto é, que legisle sobre como ser homem e ser mulher. Segundo a concepção biologizante de gênero, por exemplo, até mesmo as relações sociais estabelecidas entre mulheres e homens são decorrentes de suas diferenças sexuais, o que foi endossado pelos estudos da Ciência moderna sobre as diferenças sexuais, assinalando que existem características próprias e, por isso, ideais para cada sexo. É nesse sentido que, “[...] revestido por uma linguagem ‘científica’, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender – e justificar – a desigualdade social” (LOURO, 1997, p. 21).

Como informa Carvalho (2009, p. 16), são as teorizações acadêmicas feministas que consolidam “o conceito de gênero (masculino/feminino) como construção social/cultural, distinto da condição biológica de sexo (macho/fêmea)”. Essa concepção, portanto, distingue *natureza* de *cultura*, respectivamente os aspectos relativos à biologia dos corpos dos aspectos de origem social, negando o determinismo das características que são atribuídas como próprias a homens e mulheres e definindo gênero como as construções sociais, resultantes de processos culturais e históricos, sobre as diferenças sexuais.

[...] não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos (LOURO, 1997, p. 21).

A ideia central desse conceito de gênero é erigida na obra de 1949, *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir: “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher [...]” (BEAUVOIR, 2016, p. 11), mas foi com a partir das teorizações feministas a datar da década de 1970 que gênero se consolidou como uma categoria para se referir às construções sociais frente ao *ser mulher* e o *ser homem*.

Os estudos acadêmicos de orientação feminista, que se institucionalizaram a partir da década de 1970 em escala global, adotaram o gênero em suas investigações para explicar as desigualdades que as mulheres vivenciaram historicamente, assim como denunciar os discursos

supostamente neutros e científicos que tentam naturalizar essas desigualdades. Segundo Brabo (2015, p. 111), o Feminismo pode ser caracterizado tanto como “[...] um movimento social, com uma ideologia de libertação das mulheres, quanto uma teoria crítica do sexismo (discriminação de sexo baseada na ideologia da inferioridade da mulher), da visão androcêntrica de mundo e da dominação masculina”. Esse conceito de gênero, posteriormente, foi expandido pelas teorizações feministas para também contemplação das pessoas LGBT, sob influência do *Movimento Gay* mundial (hoje conhecido por Movimento LGBT).

Consolidada em relativo tempo recente pelas teorizações feministas, essa concepção crítico-social de gênero parece que também se encontra atualmente bem difundida, como argumentam Carvalho e Rabay (2015) e como se pôde observar entre os(as) graduandos(as) participantes, sendo a segunda concepção mais representativa da amostra – correspondendo a 28% do total de palavras evocadas e a 27,6% do total de evocações. Ainda assim, com a expansão desse conceito por diversas teorias feministas e autoras(es) com diferentes afiliações teóricas, hoje a simples distinção entre o biológico e o social, que é cerne desta concepção de gênero, “[...] está relativamente simplificada para dar conta das diferentes possibilidades do debate feminista atual” (NOGUEIRA, 2017, p. 47).

O gênero foi aderido pelas mais diversas teorias feministas, que a revestiu com novos conceitos, para além da mera distinção biológico/social. Várias dessas teorias, das quais destacam-se as fundamentadas nas correntes *pós-estruturalista* e *pós-modernista*, tendo-se como exemplo Scott (1995), apontaram para a insuficiência desse conceito funcionalista de gênero, que atribuía à biologia um *status* acrítico e a-histórico. Outros conceitos de gênero de orientação feminista, fornecidos pelas teorizações feministas mais atuais, no entanto, não apareceram entre as concepções de gênero da presente amostra⁵.

O agrupamento seguinte evidenciou a *Concepção identitária de gênero*, em que, para os graduandos(as) que evocaram as palavras que a constituiu, gênero está muito ligado ao paradigma identitário, as quais foram: Feminino (n=37), Masculino (n=37), sendo ambas palavras as mais evocadas pela amostra, Homem (n=12), Mulher (n=12), Escolha (n=11), Identidade (n=11), Pessoas (n=10), Identificação (n=8), Aceitação (n=5), Individualidade (n=3), Personalidade (n=3), Amor (n=2), Cabeça (n=2), Humanização (n=2), Pertencimento (n=2), Afeto (n=1), Apoio (n=1), Decisão (n=1), Encontrar-se (n=1), Gostar (n=1), Humanidade (n=1), Humano (n=1), Indivíduo (n=1), Mentalidade (n=1), Menina (n=1), Menino (n=1), Pessoal (n=1), Preferência (n=1),

⁵ Se alguma das palavras evocadas em associação a gênero fosse “performatividade”, por exemplo, denotar-se-ia o conceito de gênero fornecido por Judith Butler (2003), em que o gênero é performativo, isto é, *o gênero se faz*.

Reconhecimento (n=1), Relativo (n=1), Sentir-se bem (n=1), Singularidade (n=1), Subjetividade (n=1), Transexual (n=2), Transexualidade (n=1) e Transgênero (n=1). Logo, concepção que foi formada por 37 atributos, 29,6% do total (N=125), que foram evocados 180 vezes, 41% do total (N=449).

Nem como sexo biológico, nem como construções sociais sobre diferenças sexuais, gênero agora é concebido tanto como a assunção de uma *identidade* quanto como o seu produto, cujas palavras evocadas demonstraram a heterogeneidade encontrada nessa compreensão dos(as) graduandos(as): primeiro (assunção), identidade que pode ser resultante de um processo de *escolha* (que se pode inferir pela evocação das palavras Decisão, Escolha, Preferência, etc.) ou de uma *identificação* à determinada identidade pessoal (Gostar; Sentir-se bem; Personalidade; Subjetividade, etc.). E, segundo (produto), identidade que pode ser respectiva aos *gêneros feminino* (Mulher; Feminino; Menina) e *masculino* (Homem; Masculino; Menino), conforme historicamente se afirmaram com base no sexo biológico, ou transcende-los, rompendo com esse binarismo identitário, como uma identidade que transita pelas fronteiras de gênero (Transexual; Transexualidade; Transgênero).

Portanto, nessa quarta concepção, gênero é compreendido como a *identidade de gênero* de um sujeito, a qual, em conceituação genérica, refere-se à “[...] maneira como alguém se sente e se apresenta para si e para os demais na condição de homem ou mulher ou, em alguns casos, de uma mescla de ambos” (JESUS et al., 2008, p. 35). Gênero, enquanto identidade, foi construído historicamente na oposição feminino-masculino de acordo com o que se convencionou em cada época e cultura sobre os papéis a serem desempenhados por cada sexo. Na cultura ocidental, a atribuição do gênero, de uma identidade previamente estabelecida, inicia-se desde a identificação do sexo do bebê, com o preparo do enxoval azul para meninos e rosa para meninas, prescrevendo brinquedos, roupas e atividades *apropriados* a cada sexo,

[...] eles com carrinhos, dinossauros e soldados de brinquedo, preparando-se e assimilando-se à autonomia, à liderança e à agressividade; elas com miniaturas de utensílios domésticos, bonecas e pôneis, ajustando-se ao âmbito doméstico e resignado, à ‘natureza’, simulando a maternidade [...] como se as crianças estivessem preparando-se para um destino já determinado, num futuro próximo (SILVA; BRABO, 2016, p. 133).

Como ressaltado, algumas teorias inatistas (ROHDEN, 2003), por meio do determinismo do discurso científico positivista moderno, esforçaram-se em comprovar que o sexo determina o gênero, ao passo que se o gênero não estiver de acordo com o sexo estipulado (masculino/macho, feminino/fêmea) tratar-se-ia de um *desvio*, *perversão* ou *doença*. Teorias empiristas, por sua vez, vieram posteriormente contrapô-las. Delas, destacam-se as teorias feministas que forneceram o conceito

crítico-social de gênero que desmistificou supostos determinismos identitários, então desenvolvido pelas feministas desde a década de 1970.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que as identidades “não são dadas ou acabadas num determinado momento [...]. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação” (LOURO, 1997, p. 27). Conforme indica a variedade das palavras que constituíram a presente concepção e a referida heterogeneidade que elas denotam, os(as) graduandos(as) parecem compreender a identidade de gênero tanto como inata quanto como construída.

A quinta concepção de gênero foi intitulada de *Gênero em concepção religioso-radical*. Essa concepção foi formada a partir das seguintes palavras: Opinião (n=4), Falta de informação (n=3), Bagunça (n=2), Ideologia (n=2), Igreja (n=2), Confusão (n=1), Contradição (n=1), Desinformação (n=1), Deus (n=1), Divergência (n=1), Família (n=1), Genesis (n=1), Ignorância (n=1), Invasão (n=1), Mídia (n=1), Modinha (n=1), Naturalidade (n=1), Novidade (n=1), Período (n=1), Polêmica (n=1) e Religião (n=1). Ou seja, concepção formada por 21 atributos, 16,8% do total (N=125), que foram evocados 29 vezes, 6,6% (N=449). Essa concepção reitera a atual conjuntura do tema no âmbito da elaboração de políticas públicas e de sua receptividade por parte da sociedade civil, como referido anteriormente, conjuntura que culminou no desenvolvimento da pesquisa que este artigo é resultante.

Furlani (2016, p. 22) ressalta que ao passo em que “o avanço na organização de gays e lésbicas, ou dos movimentos feministas, na conquista de seus direitos – forçando mudanças em muitos setores da vida – tem sido cada vez mais observado no contexto da sociedade civil e jurídica”, também foi despertado um discurso conservador que “tem demonstrado acirrado empenho em deter as conquistas civis e jurídicas de grupos que defendem identidades sexuais subordinadas”. Em contexto local, esse discurso, sob forte influência de setores religiosos cristãos, foi ascendido à medida que gênero e demais temas relativos à diversidade tomaram espaço nas políticas públicas, especialmente educacionais, nas últimas décadas.

Uma série de eventos registrados na história recente constituíram essa conjuntura das políticas públicas, como resposta e ataque a avanços arduamente alcançados. Sumariamente, pode-se citar alguns deles: a exclusão dos termos *gênero* e *orientação sexual* dos Planos de Educação entre 2014 e 2015 junto da disseminação da narrativa “ideologia de gênero” naquele contexto, que promoveram a desinformação sobre gênero e deslegitimaram e ridicularizaram o tema e os sujeitos que o protagonizam, assim como a promulgação do documento *Estatuto da Família* em 2015, que postula que família se define apenas pela união de um homem com uma mulher e filhos desse

casamento, e o veto dos cadernos do *Programa Brasil sem Homofobia* em 2011, na época referidos pejorativamente como “kit-gay”. Essa conjuntura e eventos que a constituíram foram analisados em Silva, Brabo e Shimizu (2019).

Indiferentes à natureza democrática do Estado brasileiro, os setores religiosos envolvidos nessa perseguição à contemplação dos temas pelas políticas utilizavam, como justificativa para suas ações, o *dever* da obediência coletiva aos princípios postulados por sua religião, princípios que se tornariam ameaçados com abordagens mais progressistas sobre o tema na escola, tal como pela *Concepção crítico-social de gênero*. Nesse sentido, na presente concepção dos(as) graduandos(as), gênero foi interpelado com conotações pejorativas (por meio da evocação das palavras Bagunça, Ideologia, Modinha, etc.) e religiosas (Deus, Igreja, Religião, etc.), evidenciando a deturpação de seu conceito desenvolvido pelas teorizações feministas e, ao mesmo tempo, a admissão do tema unicamente pela via religiosa, isto é, de que o gênero é *determinado* por Deus e somente assim deve ser concebido.

Para Furlani (2016, p. 20), esse tipo de concepção caracteriza-se pelo apego às convenções culturais de gênero ligadas “às interpretações literais da Bíblia, usando o discurso religioso como uma ‘incontestável verdade’ na determinação das representações acerca [do gênero] ‘normal’”. No entanto, independentemente dessa atual conjuntura de perseguição e retrocessos, os temas em questão já estão postos como um arcabouço legal nas políticas públicas educacionais, constituído antes do despontar dessas mobilizações, o qual garante e fundamenta a abordagem dos temas no sistema educacional brasileiro – arcabouço em que os documentos oficiais da Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007; 2012; 2013) estão inseridos.

A última concepção de gênero identificada foi denominada de *Gênero em concepção associada à sexualidade*. As palavras que a formaram foram: Sexualidade (n=24), Opção sexual (n=6), Opção (n=5), Homossexual (n=5), Bissexual (n=3), Orientação (n=3), Sexual (n=3), Heterossexualidade (n=2), Homossexualidade (n=2) e Gay (n=1), totalizando 10 atributos, 8% do total (N=125), evocados 54 vezes, 12% (N=449). Nessa concepção, a associação dos temas ocorre tanto pela evocação da própria palavra sexualidade, sendo uma das palavras mais evocadas pelos(as) participantes, como de palavras relativas à tipologia do desejo sexual (Orientação, Homossexualidade, Heterossexualidade, etc.).

Essa concepção, entretanto, pode significar uma confusão que frequentemente ocorre entre os temas, conforme também identificada por Silva (2015, p. 85-86) em outro contexto: “mais do que uma relação espontânea entre gênero e sexualidade, parece haver uma confusão entre esses conceitos”. Em trabalho anterior (SILVA; BRABO; MORAIS, 2020), analisamos duas formas em que gênero e sexualidade são confundidos e/ou associados indevidamente: a primeira, em que

gênero e sexualidade são tratados como sinônimas, o que não são, e, a segunda, de inversão conceitual, em que os gêneros feminino e masculino são considerados como orientações sexuais (por vezes sob a nomenclatura de *opção sexual*, compreendendo o desejo sexual como um ato voluntário, o que ele não é) e as orientações sexuais heterossexualidade e homossexualidade consideradas como gêneros.

Gênero e sexualidade, de fato, são temas relacionados. Trata-se de duas dimensões da identidade humana que se entrecruzam como marcadores da diferença, mas que ainda assim apresentam distinções. Conforme ressalta Louro (1997, p. 26-27), a sexualidade pode ser vivida de diferentes formas pelos sujeitos,

[...] eles podem ‘viver seus desejos e prazeres corporais’ de muitos modos. Suas identidades sexuais se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero. Ora, é evidente que essas identidades [sexuais e de gênero] estão profundamente inter-relacionadas [...]. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais.

Quanto à confusão entre os dois temas, pode-se inferir que ela ocorre pelas teorizações feministas atuais sobre gênero terem como protagonistas, além das mulheres, o público da diversidade sexual e de gênero, LGBTs, como acontece no âmbito da Teoria *Queer* – corpo de teorizações feministas na perspectiva teórica pós-estruturalista, ou pela deturpação do conceito de gênero, amplamente disseminada à sociedade civil durante os citados eventos da conjuntura política. Os(as) envolvidos(as) nessa deturpação, visando deliberadamente a desinformação, “argumentavam que as práticas de gênero confundiriam a orientação sexual das crianças e dos adolescentes, conduzindo-os à homossexualidade, à bissexualidade e à transexualidade e [...] poderiam ser relacionadas com a permissão da prática da pedofilia” (BARREIRO; MARTINS, 2016, p. 97).

Portanto, de todas as seis concepções de gênero, as concepções identitária e crítico-social foram as constituídas por mais palavras e com mais evocações, seguidas pelas concepções religioso-radical, polissêmica, associada à sexualidade e, com menos palavras e evocações, biologizante. Identificada e discutida até aqui essa variedade de formas em que gênero foi concebido pelos(as) participantes, e encaminhando-se ao encerramento deste artigo, questiona-se agora quais delas seriam mais apropriadas à atuação do profissional de Pedagogia, se se pode dizer que existem concepções mais emancipatórias do que outras para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico que aborde gênero na escola e o porquê disso.

Discussão e considerações finais: o que as concepções dos(as) graduandos(as) podem revelar sobre sua formação e futura atuação profissional?

As concepções apresentadas, identificadas com base em um teste de associação de palavras, referem-se a como 165 estudantes de um curso de Pedagogia, situados no contexto da formação universitária pública paulista, compreendem a temática de gênero. Desvelando-as sob os pontos de vista teórico e político, obteve-se uma classificação das formas de como o gênero é pensado e, assim, de como pode embasar a atuação docente desses(as) futuros(as) profissionais no tocante desse tema e junto aos públicos que o protagonizam. Logo, é a partir da concepção prévia que dispõem sobre gênero – o que pensam – que sua prática enquanto educador(a) – como agiriam – se materializa.

Uma concepção polissêmica de gênero, contudo, apresenta pouco potencial nessa empreitada, pois se trata de uma compreensão restrita, que o resume ao conceito genérico que lhe é atribuído desde as origens etimológicas da palavra. Embora subsidie-se nos referenciais das Ciências Biológicas sobre gênero e possibilite sua disseminação no contexto escolar, o gênero em concepção biologizante, por sua vez, tem sua fragilidade revelada por não dar conta de uma análise mais profunda das relações de gênero, mas pelo contrário, pode reiterar desigualdades a ponto de negar a identidade de um sujeito que subverte o determinismo subjacente na interpretação da biologia de seu corpo, como foi cometido historicamente por esse campo da Ciência.

Costa e Ribeiro (2011) e Dinis e Cavalcanti (2011) também constataram concepções mais conservadoras, ou pelo menos pouco potenciais, sobre gênero em suas amostras de graduandas(os) em Pedagogia.

Na concepção identitária de gênero, apesar de congruente com a atual demanda de reconhecimento da pluralidade das identidades humanas, no caso da presente amostra, viu-se maior evocação ao binarismo feminino-masculino, bem como se mostrou muito heterogênea. Quanto à concepção religioso-radical, essa impossibilita o desenvolvimento de qualquer trabalho que não conceba as relações de gênero, bem como as identidades humanas, conforme estipuladas por princípios religiosos. A concepção que associa gênero à sexualidade alude aos marcadores sociais da diferença, ao atravessamento de diferentes variáveis na constituição da identidade, ainda assim, pode ser que essa associação ocorra enquanto uma confusão entre os dois conceitos, muito frequente entre educadores(as) segundo Silva (2015). Diríamos, então, que a concepção crítico-social, de todas as apresentadas, dispõe de maior potencial emancipatório diante das demandas da diversidade na escola, assim como é condizente com o ideal de uma educação comprometida com o

respeito às diferenças e a igualdade de direitos previsto em documento oficiais de educação (BRASIL, 2007; 2012; 2013).

Conforme ressalta Furlani (2016, p. 40), educadores(as) comprometidos(as) com esse ideal de educação, tal como se é cobrado pelas referidas políticas educacionais, “devem procurar perturbar, sacudir as formas de se posicionarem” perante as discussões de gênero que “tradicionalmente, vêm sendo realizadas no Brasil. No entanto, fazer essa problematização requer referenciais, no mínimo críticos”. Portanto, assim como a autora (2016, p. 40), recomendamos a concepção crítico-social de gênero, bem como vários outros conceitos de gênero de orientação feminista que foram desenvolvidos posteriormente a esse e em diferentes perspectivas teóricas, porque “[...] entendemos que os Estudos Feministas de gênero (em suas múltiplas perspectivas teóricas, mas que têm em comum o caráter político de igualdade) podem se constituir numa produtiva referência e serem adotados como bússola nas discussões acerca dos gêneros”. Dessa forma, quanto mais a concepção de gênero de um(a) docente estiver subsidiada em um referencial científico feminista (HARDING, 1986; NOGUEIRA, 2017), mais são as chances de sua prática, oriunda dessa concepção, ser satisfatória no tratamento da diversidade sexual e de gênero na escola e no desenvolvimento de um trabalho que aborde o tema.

Embora a concepção de gênero mais representativa da amostra tenha sido a crítico-social, resultado que é muito sugestivo sobre a ocorrência de uma formação que propicie o contato com o referencial feminista do qual provêm, a presença das demais concepções, também em considerável frequência de evocação, principalmente as de cunho determinista e que pouco dialogam com a questão da diversidade, é preocupante e coloca em dúvida se realmente está ocorrendo, no âmbito do curso de Pedagogia que ambientou a pesquisa, a oferta de uma formação emancipatória nesse sentido. E, diante de todas essas concepções, como também ressalta Silva (2015, p. 113), “podemos pensar como gênero e [também] sexualidade adentram o espaço do currículo; como refletem nos currículos escolares e nas políticas públicas?”.

A partir dos resultados, ora expostos, encontrados com essa pesquisa, demos início a um programa de pesquisa, continuado com uma pesquisa seguinte, atualmente em andamento, para se obter mais resultados sobre essa formação no que se refere a gênero, sexualidade e também ética, no curso de Pedagogia e em outras graduações⁶. Temos buscado dar ênfase nas variáveis curriculares, analisando o currículo e Projeto Político-Pedagógico das Instituições participantes, assim como atendo-se a documentos oficiais gerais, como as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o*

⁶ A pesquisa teve como título *Competência moral, gênero e sexualidades, e religiosidade na formação inicial pública paulista em Pedagogia e Psicologia*, e foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo processo de n.º 131735/2020-9 e vigência no período de 01/03/2020 a 31/10/2020, e pela FAPESP, pelo processo de n.º 2020/05099-9 e vigência no período de 01/11/2020 a 31/01/2022.

curso de graduação em Pedagogia, que não foi objeto de análise da pesquisa anterior, que se ateuve somente aos documentos oficiais da EDH.

Referências

- BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARREIRO, Alex; MARTINS, Fernando Henrique. Bases e fundamentos legais para a discussão de gênero e sexualidade em sala de aula. *Leitura: Teoria & Prática*, Campinas, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 93-106, 2016. <https://doi.org/10.34112/2317-0972a2016v34n68p93-106>
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Trad. Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. 2.
- BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Movimentos sociais e educação: feminismo e equidade de gênero. In: DAL RI, Neusa M.; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. (Orgs.). *Políticas educacionais, gestão democrática e movimentos sociais*. Marília: Oficina Universitária, 2015. p. 109-128.
- BRASIL. Ministério da educação, conselho nacional de educação. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. *Estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos*. CNE/CP: Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano nacional de educação em direitos humanos*. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos; Ministério da Educação; UNESCO, 2007.
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano nacional de educação em direitos humanos*. 2. ed. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos; Ministério da Educação; UNESCO, 2013.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMPOS-TOSCANO, Ana Lúcia Furquim. *O percurso dos gêneros do discurso publicitário: uma análise das propagandas da Coca-Cola*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Feminismo e construção da cidadania das mulheres: avanços e desafios nos campos da educação, trabalho e política no início do século XXI. In: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. *Gênero, educação e política: múltiplos olhares*. São Paulo: Ícone, 2009. p. 11-34.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 1, 119-136, jan./abr., 2015. <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n1p/119>
- CARVALHO, Marília Pinto de. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 99-117, jan./abr., 2011. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000100006>

CASTRO, Roney Polato de. Educação, relações de gênero e sexualidades: experiências de estudantes de pedagogia. *Revista da FAEEDBA - Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 25, n. 45, p. 203-214, jan./abr. 2016. <https://doi.org/10.21879/faceba2358-0194.2016.v25.n45.p203-214>

COUTINHO, Maria da Penha de Lima; DO BÚ, Emerson. A técnica de associação livre de palavras sobre o prisma do software tri-deux-mots (version 5.2). *Revista Campo do Saber*, Cabedelo, v. 3, n. 1, p. 219-241, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://periodicos.iesp.edu.br/index.php/campodosaber/article/view/72>. Acesso em: 8 jul. 2022.

FURLANI, Jimena. *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARDING, Sandra. *The science question feminism*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1986.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero*. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 8 jul. 2022.

KOHLBERG, Lawrence. *Psicologia del desarrollo moral*. Bilbao, Espanha: Editorial Desclée de Brouwer, 1992.

LAQUEUR, Thomas Walter. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MATOS, Daniel Abud Seabra; JARDILINO, José Rubens Lima. Os conceitos de concepção, percepção, representação e crença no campo educacional: similaridades, diferenças e implicações para a pesquisa. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 20-31, set./dez., 2016. <https://doi.org/10.25053/edufor.v1i3.1893>

MATRIX LABORATORY, 2018. *MATLAB© for Windows 10*. Natick: Mathworks, 2018.

NOGUEIRA, Conceição. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.

REST, R. James; NARVAEZ, Darcia; BEBEAU, Muriel J; THOMA, Stephen J. *Postconventional moral thinking: a neo-kohlbergian approach*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1999.

ROHDEN, Fabíola. A construção da diferença sexual na medicina. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 201-212, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000800002>

SCOTT, Joan. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Trad. Guacira Lopes Louro. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 8 jul. 2022.

SILVA, Kelly da. *Currículo e gênero: a sexualidade na formação docente*. Curitiba: Appris, 2015.

SILVA, Matheus Estevão Ferreira da; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. A introdução dos papéis de gênero na infância: brinquedo de menina e/ou de menino?. *Revista Trama Interdisciplinar*, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 127-140, set./dez., 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335777661_A_introducao_dos_papeis_de_genero_na_infancia_brinquedo_de_menina_eou_de_menino. Acesso em: 8 jul. 2022.

SILVA, Matheus Estevão Ferreira da; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; MORAIS, Alessandra de. Gênero na formação em Pedagogia: concepções de futuros docentes a partir de cinco conceitos. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 37, e234142, p. 1-22, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698234142>

SILVA, Matheus Estevão Ferreira da; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; MORAIS, Alessandra de. Educação em direitos humanos e desenvolvimento moral na formação docente: a influência da religiosidade em tempos de “ideologia de gênero”. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 21, n. esp. 2, p. 1260-1282, nov., 2017. <https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n.esp2.2017.10173>

SILVA, Matheus Estevão Ferreira da; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; SHIMIZU, Alessandra de Moraes. Avanços e retrocessos nas políticas públicas educacionais contemporâneas: censuras e supressões referentes a gênero e sexualidades em documentos oficiais de educação (1997-2015). *Educação em Debate*, v. 41, n. 80, p. 93-110, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/50189/1/2019_art_mefsilvatsambrabo.pdf. Acesso em: 8 jul. 2022.

STATISTICAL PACKAGE FOR THE SOCIAL SCIENCES. *SPSS® for Windows 10*. New York: IBM Corporation, 2017.

TILIO, Rafael de. Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. *Gênero*, Niterói, v. 14, n. 2, p. 125-148, 2014. <https://doi.org/10.22409/rg.v14i2.626>

VASCONCELOS, Christianne Falcão e; VILLAROUÇO, Vilma; SOARES, Marcelo Marcio. Contribuição da psicologia ambiental na análise ergonômica do ambiente construído. *Ação ergonômica*, v. 5, n. 3, p. 14-20, 2011. Disponível em: <https://www.revistaacaoergonomica.org/revista/index.php/ojs/article/view/112>. Acesso em: 8 jul. 2022.